

## PRECONCEITO LINGUÍSTICO: DEFINIÇÃO, IMPACTOS E DESAFIOS NO CONTEXTO EDUCACIONAL<sup>1</sup>

### LINGUISTIC PREJUDICE: DEFINITION, IMPACTS AND CHALLENGES IN THE EDUCATIONAL CONTEXT

Airton Cristiano Viebrantz<sup>2</sup>

Fernanda Trein<sup>3</sup>

#### Resumo

Ainda no século XXI, encontra-se evidente na sociedade o preconceito linguístico, que frequentemente passa despercebido, colocando certos padrões de linguagem em uma posição inferior em relação aos mais prestigiados. Destaca-se, portanto, a importância de compreender e integrar esse fenômeno ao contexto educacional, ressaltando a necessidade de os educadores estarem cientes e enfrentarem essa realidade, especialmente durante os estágios de formação. O objetivo do estudo é, portanto, compreender a natureza desse preconceito e explorar estratégias para enfrentá-lo na educação básica. A pesquisa bibliográfica é utilizada como metodologia, recorrendo a autores como Marcos Bagno, Ferdinand de Saussure e Louis-Jean Calvet para embasar o trabalho. O trabalho reitera a importância da atuação do professor de Língua Portuguesa na escola no combate ao preconceito linguístico, ao abordá-lo em sala de aula e discutir com seus estudantes suas causas e consequências.

**Palavras-Chave:** Sociolinguística. Variação linguística. Escola. Preconceito linguístico. Atuação docente.

#### Abstract

Still in the 21st century, we are faced with linguistic prejudice, which often goes unnoticed, placing certain language standards in an inferior position in relation to the most prestigious ones. Therefore, the importance of understanding and integrating these specificities into the educational context is highlighted, highlighting the need for educators to be competent and face this reality, especially during the training stages. The objective of the study is, therefore, to understand the nature of this prejudice and explore strategies to address it in basic education. Bibliographical research is used as a methodology, using authors such as Marcos Bagno, Ferdinand de Saussure and Louis-Jean Calvet to support the work. The article reaffirms the importance of the Portuguese Language teacher at school to fight against the linguistic prejudice, addressing and discussing its causes and consequences with their students.

---

<sup>1</sup> Artigo como requisito parcial de conclusão de curso.

<sup>2</sup> Aluno do curso de Letras: Português e Inglês da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ.

<sup>3</sup> Professora Orientadora do curso de Letras: Português e Inglês da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUÍ.

**Keywords:** Sociolinguistics. Linguistic variation. School. Linguistic prejudice. Teaching practice.

## 1 INTRODUÇÃO

Em pleno século XXI, momento em que a tecnologia une continentes e distâncias espaço-temporais, ainda é necessário discutir e questionar-se a respeito dos mais diversos tipos de preconceito, visto que eles permanecem evidenciados em nossa sociedade. Dentre esses preconceitos, destaca-se um que merece especial atenção quando se trata de estudantes de licenciatura em Letras: o preconceito linguístico. É crucial que este preconceito seja estudado em profundidade na graduação e seja, posteriormente, objeto de ensino na escola básica, a fim de que seja possível entendê-lo, combatê-lo e perceber suas influências e consequências.

Este preconceito, ainda muito sorrateiro na sociedade, passa despercebido pela maioria esmagadora das pessoas. Ele exclui, diminui, subestima e questiona a plena capacidade dos falantes - aqui em específico na Língua Portuguesa - de utilizarem-na e fazerem-se entender nas mais diversas situações. Tal preconceito passou a ser denominado como “linguístico”, pois quando ele é colocado em prática, ocorre a discriminação de certos padrões de utilização da linguagem, sendo a esses atribuído um valor negativo em detrimento de outros de maior prestígio.

Nas instituições de ensino, especialmente durante o ensino fundamental, a importância do presente trabalho se torna ainda mais crucial. Professores da área de Letras precisam, necessariamente, conhecer a forma como se manifesta o preconceito linguístico e atuar de forma consciente em suas aulas para combatê-lo. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho de conclusão de curso é compreender a natureza do preconceito linguístico e explorar estratégias para abordá-lo de maneira eficiente na escola básica. Além disso, o trabalho considera a questão do preconceito linguístico na cidade de Ijuí, capital das Etnias, localizada na região noroeste do estado do Rio Grande do Sul, residência do autor do presente artigo.

Para cumprir os objetivos de pesquisa, dada sua natureza, o presente trabalho utiliza a pesquisa bibliográfica. Segundo Gil (2010, p. 29), “a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado”, desde publicações avulsas, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, entre outros.

Para tanto, foram adotados os principais conceitos do autor Marcos Bagno, cujo destaque no cenário linguístico brasileiro se consolidou desde seu primeiro livro no campo da educação, *A Língua de Eulália*, publicado em 1997. Bagno é reconhecido por sua incansável

luta contra a exclusão social por meio da linguagem e por sua defesa da valorização de todas as formas de expressão linguística (Editora Contexto, 2024). Além disso, outros autores, como Ferdinand de Saussure e Louis-Jean Calvet, também foram referenciados ao longo do texto.

Assim, o presente artigo, inicialmente, apresenta a Sociolinguística, seguido de conceitos de língua e linguagem; variáveis linguísticas e sociais em contexto nacional e regional; mitos e concepções populares acerca do português brasileiro; preconceito linguístico; o ensino da língua na escola e o preconceito linguístico. Para finalizar, são apresentadas estratégias que o docente pode utilizar para abordar o preconceito linguístico nas escolas; e, por fim, as considerações finais.

## **2 SOCIOLINGUÍSTICA**

É sabido, em todo o território nacional, que a Constituição Brasileira apresenta os direitos e deveres que um cidadão tem diante da sociedade. Dentre estes direitos, destaca-se um, extremamente importante para o desenvolvimento de uma sociedade: o acesso à educação.

A Constituição Federal do Brasil, promulgada em 1988, consagra o princípio fundamental da igualdade, estabelecendo a educação como um direito de todos e um dever do Estado. No artigo 6º, a Constituição assegura que a educação é um direito social, garantindo acesso e permanência na escola. O artigo 205, por sua vez, destaca a educação como um direito humano e um meio essencial para o pleno desenvolvimento da pessoa, fundamentando-se nos princípios da igualdade e da liberdade (BRASIL, 1988).

No entanto, Bagno (2007) destaca que existe uma contradição na própria Constituição. Ora, como pode o documento que rege todo o funcionamento de uma nação ser redigido de tal forma que não pode ser lido e compreendido pela maior parte da população? A linguagem utilizada na elaboração do principal documento que rege um país e que busca aproximar e unificar uma nação acaba por fazer o contrário: excluir e marginalizar a maior parte dela. Parcela esta que acaba por não participar ativamente das questões legais do país, e, dessa forma, desconhece seus direitos. Essa disparidade linguística, estabelece, segundo Bagno (2007), um início de discriminação social.

Partindo desse princípio e considerando que a Sociolinguística se propõe a “estudar a gramática em ação” (Votre; Roncarati, 2008, p. 14), pode-se chegar a um dilema: Como diminuir as diferenças nas classes sociais em um país em que existe tanta desigualdade social? Promover o que a Constituição defende e garantir de fato o acesso à educação de qualidade?

Ou perceber que a mesma se encontra em uma língua não falada pela maior parte dos habitantes de seu país?

Para pensar criticamente essas questões, é preciso retomar alguns conceitos básicos que ajudam a entender como se dá a comunicação por meio da língua falada e escrita. Para tanto, inicialmente, se faz necessário entender o que é língua e linguagem.

## 2.1 LÍNGUA E LINGUAGEM

O termo “língua”, de acordo com Campregher e Camerlengo (2019, p. 14), pode ser definida como “[...] um conjunto de elementos que podem ser estudados simultaneamente, tanto na associação paradigmática<sup>4</sup> como na sintagmática<sup>5</sup>. [...] Objetiva-se dizer que um elemento depende do outro para ser formado”.

Na concepção de Bagno (2023), o termo língua costuma ser definido sob dois pontos de vista: o técnico-científico e o sociocultural.

De acordo com o primeiro, uma língua é um sistema formado por diferentes módulos: o fonético (os sons relevantes para a enunciação), o morfossintático (as unidades significativas e seu arranjo em frases e textos, segundo regras) e o semântico (os significados e os sentidos). Outra divisão é a que propõe um léxico (todas as palavras da língua) e uma gramática (as regras que permitem combinações dessas palavras para fazerem sentido). Essa é a concepção da língua como estrutura, como uma entidade autônoma, que pode ser estudada em si mesma, sem referência a fatores externos (Bagno, 2023, s/p).

Ainda, segundo Bagno (2023), há uma terceira perspectiva, mais recente, que estuda a língua não só como estrutura fonomorfossintática, mas em seus aspectos semânticos, pragmáticos e discursivos. Assim,

Segundo essa abordagem, só existe língua em interação social, de modo que é preciso examinar e compreender os processos envolvidos na produção de sentido que se dá toda vez que falamos e/ou escrevemos. Aqui a língua não é uma entidade abstrata: ao contrário, ela é vista como uso concreto, uso que se faz sempre e inevitavelmente na

---

<sup>4</sup>“Paradigmática: um modelo ou padrão a seguir. Tal termo tem origem no grego paradigma que significa modelo ou padrão; diz respeito a algo que vai servir de modelo ou exemplo a ser seguido em determinada situação” (Campregher; Camerlengo, 2019, p. 14).

<sup>5</sup>“Sintagmática: trata-se de uma unidade formada por uma ou várias palavras; juntas, desempenham uma função sintática na frase. Tais unidades se combinam em torno de um núcleo. Esse conjunto (um sintagma) desempenha uma função na frase” (Campregher; Camerlengo, 2019, p. 14).

forma de um discurso que se molda segundo as convenções dos múltiplos gêneros que circulam numa sociedade-cultura (Bagno, 2023, s/p).

Desta forma, segundo Saussure (2006, p. 17 *apud* Campregher; Camerlengo, 2019, p. 14), não se pode confundir a língua com a linguagem. A língua “é somente uma parte determinada, essencial dela, indubitavelmente. É, ao mesmo tempo, um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções necessárias adotadas pelo corpo social para permitir o exercício desta faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2006, p. 17 *apud* Campregher; Camerlengo, 2019, p. 14).

No tocante à linguagem, o autor a concebe como sendo mais ampla, como sendo social e individual; psíquica; psicofisiológica e física, portanto, uma fusão de Língua e Fala. Ela é uma habilidade inata aos seres humanos, que podem utilizar toda e qualquer forma de comunicação com a finalidade de transmitir ou registrar algo. O autor define a língua como a parte social da linguagem, destacando que apenas um indivíduo não é capaz de modificá-la. Afirma, ainda, que a língua é um sistema supra-individual, que é utilizado para a comunicação entre os membros de uma comunidade (Saussure, 1995).

Como se pode verificar na concepção dos autores mencionados, a Língua é a estrutura que possibilita a transmissão de sons, frases, enunciados, e a linguagem, por sua vez, permite a comunicação entre as pessoas. A Fala, por sua vez, representa a parte individual da Linguagem, manifestando-se como um ato individual de caráter infinito, sendo, para Saussure (1995, p. 22), um “ato individual de vontade e inteligência”.

A relação entre Língua e Fala reside no fato de que a Fala é a condição para a ocorrência da Língua por meio de signos linguísticos. O signo linguístico surge de uma convenção entre os membros de uma comunidade para atribuir sentido à união do significante e do significado. Assim, se um som existe dentro de uma língua, adquire significado, o que não ocorreria se fosse apenas um som em si.

Ferdinand de Saussure desempenhou um papel fundamental na compreensão de como o sujeito é moldado pela linguagem. Em sua obra *Curso de Linguística Geral*, escrita entre 1907 e 1911, Saussure introduziu a distinção entre *langue* (língua) e *parole* (fala), delineando a influência da estrutura linguística na formação do sujeito. Ele argumenta que a *langue*, como sistema de signos, exerce um papel relevante na construção do pensamento e na interpretação da realidade. A arbitrariedade dos signos linguísticos, conforme discutido por Saussure, destaca que não há uma relação intrínseca entre as palavras e os objetos que elas representam, evidenciando como a linguagem molda nossa compreensão do mundo.

Na obra, o autor destaca que é importante separar a língua da fala. Uma vez que as separamos, separamos também o social do individual (Saussure, 1995). Ou seja, a língua que um grupo social usa é a mesma para todos os falantes, por outro lado, a forma como ele a usará caberá ao indivíduo, e por isso não deve ser caracterizada como certa ou errada.

Afinal de contas, o que seria um erro? Segundo o autor Bagno (2007, p. 111), “*uma elevada porcentagem do que se rotula de “erro de português” é, na verdade, mero desvio da ortografia oficial*”. Além disso, ele ainda defende que de acordo com o ponto de vista científico, não existe erro de português, pois todo falante nativo de uma língua é um falante plenamente competente dela, capaz de discernir se um enunciado obedece ou não às regras de funcionamento da mesma.

A língua e a linguagem, como visto, são dissociáveis, ou seja, uma depende da outra para que ocorra a comunicação entre as pessoas. No entanto, é importante ressaltar que a linguagem está intrinsecamente ligada à cultura de uma sociedade com seus valores morais, tradições históricas ou mesmo as relações sociais entre as pessoas. Desta forma, compreender as variações linguísticas não é apenas crucial para uma comunicação eficaz, mas também, como cita Bagno (2007, p. 89): “conhecendo uma única variedade da língua, se arroga o direito de ofender, desprezar ou ridicularizar os falantes das outras dezenas (senão centenas) de variedades”. Assim, para o próximo tópico, explora-se o contexto nacional e regional das variações linguísticas, que englobam uma ampla gama de dialetos, sotaques e expressões presentes no território brasileiro.

## 2.2 VARIÁVEIS LINGUÍSTICAS E SOCIAIS EM CONTEXTO NACIONAL E REGIONAL

Sabe-se que no Brasil fala-se o Português Brasileiro, o qual possui um alto grau de diversidade e variabilidade, não apenas pela vasta extensão territorial, a qual possibilita as variações regionais. A variação, segundo Luchesi (2022), se caracteriza de determinados modos, meios e formas, por isso, há vários tipos de variação, como: variação diacrônica, diatópica, diastrática e diamésica, todas relacionadas aos fatores extralinguísticos.

Para Calvet (2002, p. 99), a língua pode sofrer alterações devido a três parâmetros: o parâmetro social, o geográfico e o parâmetro histórico.

No parâmetro *social*, da-se o nome de *Varição Diastrática*. A variação diastrática refere-se à diversidade linguística que ocorre em função de diferentes estratos sociais, grupos ou contextos sociais. Essa variação está associada às características socioeconômicas,

educacionais e culturais dos falantes, resultando em distintas formas de expressão linguística conforme a inserção dos indivíduos na sociedade. Um exemplo claro de variação diastrática pode ser observado nas diferenças linguísticas entre grupos sociais com níveis de instrução distintos. Por exemplo, um grupo de acadêmicos pode empregar uma linguagem mais formal e técnica em comparação a um grupo de pessoas com menor acesso à educação formal, que tende a utilizar uma linguagem mais coloquial.

Outro exemplo notável de variação diastrática é a linguagem utilizada em diferentes esferas profissionais. Setores específicos, como a medicina, direito ou tecnologia, frequentemente apresentam variações linguísticas próprias, refletindo o vocabulário e as convenções linguísticas peculiares de cada área. Essas variações diastráticas destacam como a linguagem é flexível e se adapta às demandas sociais, criando distintas formas de comunicação entre grupos sociais diversos.

Já referente ao parâmetro *geográfico*, dá-se o nome de **Variação Diatópica**, e refere-se à diversidade linguística que ocorre devido à localização geográfica dos falantes. Ela manifesta-se por meio de diferenças regionais na fonética, vocabulário e estruturas gramaticais. Exemplos de variação diatópica são evidentes em diferentes sotaques e dialetos encontrados em diversas regiões geográficas. Por exemplo, o português falado em Portugal difere em alguns aspectos fonéticos e lexicais do português falado no Brasil, apresentando variações diatópicas que refletem a influência de diferentes contextos culturais e históricos. E mesmo dentro de um país com tamanha extensão territorial como o Brasil, é possível observar significativas diferenças no vocabulário utilizado no Rio Grande do Sul em relação aos estados do Nordeste brasileiro.

Por fim, pode-se concluir com o parâmetro *histórico*, conhecido como **Variação Diacrônica**, a qual diz respeito às mudanças linguísticas ao longo do tempo, abrangendo transformações que ocorrem em uma língua ao longo das diferentes fases de sua evolução. Essas mudanças podem ocorrer de forma gradual, resultando em novos padrões fonéticos, morfológicos, lexicais e sintáticos ao longo de séculos. Um exemplo clássico de variação diacrônica é observado no inglês antigo e no inglês moderno, onde ocorreram transformações significativas nas estruturas gramaticais, vocabulário e pronúncia ao longo de centenas de anos.

Outro exemplo ilustrativo da variação diacrônica é a evolução do latim para as línguas românicas, como o francês, italiano, espanhol e português. Ao longo dos séculos, o latim falado nas regiões do Império Romano sofreu mudanças linguísticas, dando origem a línguas distintas com suas próprias características fonéticas e gramaticais.

Ainda, Ilari e Basso (2006 *apud* Luchesi, 2022) apresentam a variação **diamésica**, que está relacionada à variação dos diferentes meios nos quais a língua é utilizada, ou seja, se refere às diferenças existentes entre a língua falada e a escrita.

No território nacional, observa-se uma variação linguística significativa tanto entre os estados quanto dentro de cada estado, com diferenças notáveis entre as regiões urbanas e rurais, bem como entre o interior e as capitais. Como destacou Bagno (2007, p. 44), “toda a variedade linguística atende às necessidades dos seres humanos que a empregam”. Portanto, segundo o autor, “não existe nenhuma variedade nacional, regional ou local que seja intrinsecamente ‘melhor’, ‘mais pura’, ‘mais bonita’, ‘mais correta’ que outra” (Bagno, 2007, p. 44).

Essa realidade se manifesta de maneira particularmente evidente no estado do Rio Grande do Sul, especificamente na cidade de Ijuí, localizada no noroeste do estado, município que recebeu o título de Capital Nacional das Etnias e passou também a ser considerada a Capital Mundial das Etnias (Senado Notícias, 2021). Tal título se deve à história do município, que há mais de cem anos recebeu centenas de famílias de diversos países, que vieram em busca de um melhor lugar para viver. Com isso, ao longo dos anos, a região desenvolveu-se sob forte influência cultural e linguística provenientes destes países, e devido a isso, com o passar dos anos, a cultura de cada povo é comemorada na Exposição-Festa Internacional das Etnias, onde as marcantes características de tais origens são celebradas.

Em relação a esse tradicional evento do município de Ijuí, de acordo com o site GZH (2023, s/p.),

Em 1987, foram criados os primeiros centros culturais no município, que ficam no Parque de Exposições Wanderley Burmann. São casas étnicas, onde os moradores se organizaram com a gastronomia típica de cada país, seus grupos de dança e de canto, e um pouco da história da imigração. Os três primeiros centros criados foram os Poloneses, Alemães e Italianos.

Para celebrar a diversidade de culturas, Ijuí realiza a “Expofest”, uma feira que, além de movimentar a economia da região, também reúne 13 povos que realizam o evento cultural e gastronômico: africanos, alemães, árabes, austríacos, espanhóis, gaúchos, holandeses, italianos, japoneses, letos, poloneses, portugueses e suecos (UETI, 2024).

Devido a esse contexto social, estabelece-se em Ijuí e região uma grande variedade de sotaques e dialetos, nos quais os descendentes de tais etnias carregam junto de si marcas que trazem consigo das origens de cada um. É indispensável considerar que estas diferenças

demonstram a riqueza cultural de um grupo, e não devem ser, em hipótese alguma, desvalorizadas.

Nas comunidades multilíngues onde há contato entre o alemão e o português, e/ou entre o italiano e o português, as variedades padrão (português, alemão e italiano) e os dialetos (como o Hunsrückisch, o pomerano, o westfaliano, o vêneto, entre outros) são elementos importantes do repertório linguístico de muitas pessoas e estão intimamente ligadas à identidade cultural local (Schneider, 2009). Portanto, é importante reconhecer e valorizar tanto as variedades de padrões quanto os dialetos, sotaques, implementando políticas linguísticas e práticas sociais que atendam às necessidades linguísticas e sociolinguísticas da comunidade.

Dado que o português, por vezes, é adotado como segunda língua por estrangeiros, a sua compreensão não deve se restringir apenas às questões formais da língua. É essencial considerar também os aspectos da cultura subjacente das sociedades, especialmente aqueles que se manifestam em ambientes multiculturais (Meyer, 2013). Além disso, segundo Meyer (2013), a língua é uma maneira de preservar a identidade de um povo e ela se revela de forma marcante na língua desse grupo, especialmente na maneira como é empregada nas interações interpessoais.

Na realidade, porém, o que acontece é o contrário: devido às influências fonéticas das línguas maternas que aqui chegaram, vários falantes de Ijuí e região passam por situações onde seus interlocutores rejeitam e criticam sua forma de falar. Por isso, é comum que os falantes destas variantes passem por situações vexatórias, e, com isso, acabem por evitar situações onde precisam da comunicação oral, ou alterando sua forma de falar. Processo este que acaba por tornar-se cansativo, visto que o falante precisa manter-se focado a todo o tempo, a fim de “moldar” seu discurso. Ou seja, o falante conhece a norma padrão, porém, devido a questões culturais de sua língua materna, possui mais facilidade em comunicar-se da forma que aprendeu desde a infância, principalmente entre seu grupo social.

Com base no contexto apresentado, ficam evidentes as diferenças que existem de linguagem e a relevância de explorar, em seguida, os mitos e concepções populares relacionados ao português brasileiro.

### 2.2.1 Mitos e concepções populares acerca do português brasileiro

A língua oficial do Brasil é o português, advindo de Portugal com os primeiros colonizadores e imigrantes. O português brasileiro, porém, sofreu influência dos mais diversos

idiomas dos imigrantes que aqui chegaram desde nossa colonização. Assim, nossa língua materna apresenta traços das línguas africanas, que vieram com os escravos, das línguas indígenas dos habitantes originais da nossa terra, dos espanhóis, que por muito tempo disputaram o Brasil com os portugueses, do francês, língua dos grandes navegadores da época, e, mais recentemente, do inglês, língua que perdeu suas fronteiras com o advento da tecnologia e da internet.

Pode-se dizer, portanto, que o português falado aqui desenvolveu-se majoritariamente pelos falantes não nativos. Tem-se, então, a maior característica de uma língua: ela é viva, se desenvolve, se expande, se altera e se complementa de acordo com a necessidade do grupo falante naquele momento. Porém, não é bem assim que senso comum trata a língua.

Segundo Bagno (2007), na obra *Preconceito Linguístico – O que é, como se faz*, no Brasil ocorre uma confusão entre monolinguismo – que é característica de um país de possuir apenas uma língua oficial, como por exemplo o Brasil possuir apenas a língua portuguesa como língua oficial - e homogeneidade linguística – que são as diferentes formas com que a população utiliza uma língua, como expressões, ditados, sotaques, alterações nos sentidos das palavras empregadas - que acarreta em comentários e reações negativas acerca do modo como os falantes da língua utilizam-na.

Nesse sentido, Bagno (2002 *apud* Dutra, 2014, p. 16) destaca que existe uma polêmica entre a língua, pois está dividida entre língua falada e a língua escrita: “A divisão pode ser reconhecida como: escrita = português (encontrada em jornais, livros, etc.) e fala = vernáculo brasileiro (encontrada na boca do povo)”. Dessa forma, a língua falada, por ser encontrada na boca do povo, recebe preconceito, desprezo e discriminação; e a língua escrita é supervalorizada, construindo o mito que se tem que ler e falar da forma que se escreve, sendo esta a forma considerada a correta.

Segundo Bagno (2007), propaga-se a ideia de que o Português é uma língua muito difícil de se aprender, pois possui muitas armadilhas. Porém, o que ocorre, na verdade, é que a língua por si só não é difícil. Difícil é a gramática normativa tradicional, que cria tais armadilhas justamente para justificar a própria existência e convencer os falantes de que ela é indispensável. Pois bem, mantendo-se esta linha de raciocínio, as crianças ainda não alfabetizadas não falam português? Falam o quê, então?

Além disso, sabe-se que, quando os estudos acerca das questões gramaticais surgiram, na antiguidade, foram apenas e especificamente para investigar as regras da língua *escrita*. Dessa forma, poderia se preservar as formas mais “corretas” e “elegantes” da língua *literária*,

e não da forma como expressamos oralmente nossas necessidades e pensamentos (Bagno, 2007).

Existe um mito de que “é preciso saber gramática para falar e escrever bem” (Bagno, ano, p. 57). Conforme expresso por Mário Perini (p. 50 apud Bagno, 2007, p. 57) em sua obra *Sofrendo a gramática*, “não existe um grão de evidência em favor disso; toda a evidência disponível é em contrário”. Afinal, se fosse assim, todos os gramáticos seriam grandes escritores (o que está longe de ser verdade), e os bons escritores seriam especialistas em gramática”.

Além disso,

Outro mito existente é que o domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social. Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento de ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica e política do país, não é mesmo? Afinal, supostamente ninguém melhor do que eles domina a norma culta. (Bagno, 2007, p. 64).

Sobre isso, Bagno (2007, p. 65) ainda ressalta: “achar que basta ensinar a norma culta a uma criança pobre para que ela “suba na vida” é o mesmo que achar que é preciso aumentar o número de policiais na rua e de vagas nas penitenciárias para resolver o problema da violência urbana.”. Ou seja, compreender desta forma a situação é ignorar as complexidades socioeconômicas subjacentes.

E é em meio a essas complexidades sociais, situações de desigualdade extrema, falta de acesso à escola e questões culturais que surge, na própria escola ou em qualquer ambiente, a discriminação e/ou preconceito em relação a forma do sujeito falar, denominado preconceito linguístico, assunto que se aborda no tópico seguinte.

### 2.3 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Vive-se numa sociedade onde as diferenças são frequentemente vistas como razões para não se enquadrar nos parâmetros sociais. A linguagem é, também, uma forma de exclusão/discriminação e/ou de preconceito, pois a grande maioria dos brasileiros não utiliza um padrão de linguagem culta. Daí resulta o preconceito linguístico, que, segundo Bagno (2007), é a discriminação social e cultural das pessoas pela forma como falam ou que escrevem.

De acordo com o autor Bagno (2007), o preconceito linguístico é a discriminação contra variedades linguísticas que não seguem o padrão culto, formal, da língua. No entanto, a língua

é dinâmica e se adapta a diferentes contextos e grupos sociais. Dessa forma, não existe uma única forma “correta” de falar ou de escrever. Mas, muitas vezes, as pessoas são julgadas ou estigmatizadas com base no uso da língua, especialmente quando difere do padrão formal (Bagno, 2007).

Como se pode verificar, não são apenas as condições sociais e/ou físicas que são fatores de discriminação, mas a forma de falar também é, como também é um fator de exclusão na própria sala de aula e na sociedade. Nesse aspecto, Bagno (2007) ressalta que esse tipo de preconceito linguístico é prejudicial porque pode marginalizar grupos sociais, criando estereótipos e reforçando as desigualdades entre a sociedade. Ele ainda defende que todas as variedades linguísticas têm valor e merecem respeito.

O preconceito linguístico é, portanto, uma construção da sociedade, que impõe um padrão de linguagem e que considera “erro” tudo aquilo que difere desse modelo. Assim, acentuam-se, como diz Bagno (2007), outros preconceitos (regional, cultural, socioeconômico etc.) e, no Brasil, atinge especialmente as regiões mais pobres e os grandes centros urbanos.

Schneider (2009) destaca que, com frequência, é possível encontrar práticas sociais que não apenas ratificam, mas também fomentam o preconceito linguístico, o qual representa outra maneira de exercer poder sobre os menos favorecidos. Um exemplo disso é quando indivíduos são ridicularizados em público pelo seu jeito de falar, sendo que o agente do preconceito é, muitas vezes, percebido como culto e inteligente, enquanto a vítima é estigmatizada como estúpida e ignorante (Britto, 2004).

Na realidade social observada na cidade de Ijuí e seus arredores, destaca-se a influência significativa da riqueza cultural e linguística oriunda da intensa imigração europeia. Essa imigração deixou uma marcante herança linguística entre os habitantes locais, que ainda preservam traços de suas línguas maternas em sua fala cotidiana. Essa influência moldou a linguagem desses grupos sociais de acordo com suas necessidades e percepções fonéticas, especialmente durante a infância, quando a língua materna desempenha um papel fundamental na formação individual.

Consequentemente, essas adaptações linguísticas trouxeram características fonéticas distintas para a comunicação desses grupos, refletindo as peculiaridades de suas origens culturais. Embora essas características sejam naturalmente integradas ao modo de falar desses indivíduos e passem despercebidas por eles mesmos, podem representar um desafio considerável quando se encontram em contextos não familiares. Isso é particularmente evidente

quando deixam seus locais de residência para frequentar a cidade, seja para estudar, trabalhar ou residir.

Essas mudanças linguísticas frequentemente os expõem a situações de preconceito linguístico, onde são alvo de comentários e atitudes que refletem falta de compreensão e aceitação da diversidade linguística. Um exemplo comum é a expressão "você fala errado" e suas variantes, que subjagam o conhecimento prévio do falante sobre a língua, questionando sua competência linguística e gerando insegurança e desconforto. Outro comentário frequentemente ouvido é "aqui não se fala assim", criando um sentimento de exclusão e distanciamento do local e, por extensão, da identidade do próprio falante.

Nos municípios de Ijuí e região, há uma forte interferência advinda da língua alemã, que, conforme Nunes e Perske, “é um desvio que ocorre na língua que está sendo falada devido à influência de outra língua, já desativada ou não pelo falante” (Nunes; Perske, 2010, p. 4), uma vez que este possui uma fonética diferente da que possuímos na nossa língua. Estes falantes são expostos desde muito novos a tais línguas e, dessa forma, as aprendem antes mesmo do contato com o português, ocorrendo assim estes desvios, que podem ser vistos em todos os âmbitos da língua, seja em níveis (fonológico, lexical, sintático, semântico e pragmático) e modalidades (falada, escrita, etc.) (Nunes; Perske, 2010).

Ocorre, então, uma confusão - principalmente nas crianças - que na escola deparam-se com uma nova língua, e com a fonética do português, porém conforme os já citados autores, encontram uma barreira entre as duas línguas quando voltam para casa, onde “normalmente os alunos iniciavam o período escolar com total desconhecimento do português. Em família e em sociedade etnicamente homogênea, falava-se apenas alemão” (Kreutz, 2003 *apud* Nunes; Perske, 2010).

Com o passar do tempo, por mais que ainda o Alemão e o Polonês sejam ensinados e mantidos vivos no dia a dia dessas famílias, muitas já não o utilizam mais, porém os resquícios dessa miscigenação ainda são perceptíveis o bastante para cruzarem a barreira do tempo e, com isso, serem vistos como motivo de piada e crítica no âmbito social.

Estes resquícios são amplamente percebidos no âmbito fonético da nossa língua, concebidos principalmente com a troca dos sons do R – que será o foco desta pesquisa - que aparecem na oralidade desses falantes, conforme evidenciado no artigo citado, no trecho que diz que “*Na oralidade, foi detectado um processo de troca de líquidas, a troca do r-forte /X/ pelo r-fraco [r], como em cacho[r]o, por exemplo*”.(p.7, 2010)

Em consulta no site Fonologia (2024), que mostra as características fonéticas do nosso Português, podemos ver toda a articulação necessária que deve ser exercida por nosso aparelho fonador para alcançar tais sons. Neste quadro, é possível confirmar que: o r-forte, como na palavra “carro”, “borracha”, ou “correto”, é categorizado como sendo um som Fricativo Posterior, sendo reproduzido com a parte posterior da língua em contato com o palato mole, localizado ao fundo do palato (céu da boca).

Ao analisar o som reproduzido pelos descendentes da língua citada, podemos verificar que, para reproduzir a mesma palavra, a articulação necessária já não é a mesma: o r-fraco toma lugar - como na palavra “caro” ou “fraco” - mesmo que este refira-se à palavras com r-forte. Com isso, partindo da consulta no mesmo quadro, podemos constatar que este som é denominado como Vibrante Alveolar Vozeada, e é articulado com a ponta da língua em contato com os alvéolos, dessa forma, o ar passa por entre eles, fazendo a língua vibrar e emitir o som.

Além destas características citadas acima, é importante lembrar também que elas não são exclusivas do Alemão, conforme DeLong (2014), ela é também consequência do Polonês: “Uma das características mais marcantes na identidade linguística do descendente de polonês é o *Tepe11*, ou seja, a utilização da vibrante simples /r/ no lugar da vibrante alveolar /R/, pois no lugar de dizer “carro”, “carroça”, a pronúncia é [k a r o] [k a r o s a].” (DELONG, 2014, p.13). Com isso, podemos ver ambos os grupos sociais descendentes destes países sofrem da mesma dificuldade fonética de suas línguas maternas.

Com isto, podemos ver que:

Essa marca na fala do descendente de polonês faz com que se sinta envergonhado e tente apagá-la, já que isso é motivo de escárnio por parte daqueles que não fazem parte dessa etnia. Ou seja, o falante tenta apagar a afinidade que teria com os outros falantes nativos de polonês brasileiro e tenta se aproximar de outro grupo de referência, aqueles que falam o português ‘correto’, provavelmente aqueles que são urbanos e que são mais escolarizados.

Apresentar fala marcada, que identifica o falante como descendente de polonês, pode levar ao preconceito e à exclusão, principalmente no domínio escolar.” (DeLong, 2014, p. 13)

Sobre isso, além das observações preconceituosas, é importante considerar o impacto emocional sobre as vítimas dessas atitudes. Os relatos das vítimas muitas vezes refletem experiências semelhantes de vergonha, exclusão, baixa autoestima e ansiedade. Esses sentimentos levam a um esforço mental significativo, já que muitos relatam a necessidade de "ajustar" sua fala ao frequentar determinados ambientes para evitar críticas ou zombarias. Isso, muitas vezes, requer a supressão e até desvalorização de aspectos de sua própria identidade

cultural e individualidade, em um processo de distanciamento de suas origens para se adequarem a um padrão linguístico imposto externamente.

Esta imposição ocorre, infelizmente, também nos anos iniciais do aprendizado e aquisição da língua portuguesa. Na escola, docentes desatentos para esta questão acabam perpetuando este pensamento crítico e formalista acerca da riqueza e pluralidade da língua, e passam adiante tal posicionamento de forma despercebida, muitas vezes, até pelos estudantes, que apenas internalizam este posicionamento ante a língua, iniciando um novo ciclo de progressão do preconceito.

Todavia, diferentemente de outras formas de discriminação, o preconceito linguístico não tem sido, sistematicamente, combatido e é preciso ser abordado nas escolas, como se apresenta no tópico seguinte.

#### 2.4 O ENSINO DE LÍNGUA NA ESCOLA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

No ensino básico ocorre uma verdadeira catástrofe: os alunos, com toda a sua bagagem cultural e histórica, bem como seus costumes, recebem uma avalanche de regras e leis, ditando como devem escrever e falar, descartando todo seu *background* que os constitui como sujeito. A partir desse momento, ouvem que o que falam e como falam “é errado”, mesmo comunicando o que precisavam para se fazer compreender.

Quando refugiados e imigrantes chegam a um novo país, muitas vezes enfrentam barreiras linguísticas significativas. Em especial, os filhos destes enfrentam uma série de desafios ao se estabelecerem em novos países e sociedades, sendo o idioma uma das principais barreiras.

Para muitas crianças e jovens, aprender um novo idioma pode ser uma tarefa complexa e demorada, especialmente quando confrontados com um ambiente escolar onde a língua predominante é diferente da sua língua materna. Além disso, a falta de recursos linguísticos pode dificultar a comunicação e a integração social, limitando as oportunidades de educação e emprego.

O preconceito linguístico também é uma realidade para esses jovens. Eles podem enfrentar estigma e discriminação por causa de sotaques, erros gramaticais ou vocabulário não padronizado. Essa discriminação linguística pode afetar sua autoestima e confiança, prejudicando seu desenvolvimento acadêmico e social.

Conforme aborda Luft (1994 *apud* Bagno, 2007, p. 58), “o ensino gramaticalista abafa justamente os talentos naturais, incute insegurança na linguagem, gera aversão ao estudo do idioma, medo à expressão livre e autêntica de si mesmo”. Assim, é importante entender que a linguagem formal já existia muito antes da gramática e a escola precisa, sim, orientar o aluno para saber as regras gramaticais e como usá-las, mas não pode obrigar e nem ridicularizá-lo quando não a usar corretamente, menos ainda desconsiderar o que traz sua constituição como sujeito.

Acontece que, por vezes, ocorre uma “tortura linguística” contra os indivíduos que adentram o sistema de ensino tradicional: forçar o estudante a falar como se escreve, como se fosse possível ele esquecer anos de prática e aprendizado oral, para, então, sucumbir às normas - muitas vezes mal explicadas - que alteram tudo o que sabiam até então. Porém, conforme Bagno (2007, p. 50) “não existe nenhuma ortografia em nenhuma língua do mundo que consiga reproduzir a fala com fidelidade”.

Um ponto crucial que levanta questionamentos sobre esse policiamento linguístico de como se fala, é como a gramática tradicional alcançou esse nível de relevância e prestígio forçados. Conforme Bagno (2007, p. 59):

As primeiras gramáticas do ocidente, as gregas, só foram elaboradas no século II a. C., mas muito antes disso já existira na Grécia uma literatura ampla e diversificada, que exerce influência até hoje em toda a cultura ocidental. Que gramática eles consultaram? Nenhuma. Como puderam escrever e falar tão bem sua língua?

Essa observação ressalta a capacidade inata dos seres humanos de dominarem sua língua sem recorrerem a manuais prescritivos. A habilidade linguística dos gregos antigos era fruto de um ambiente cultural vibrante, permeado pela oralidade, pela poesia, pelo teatro e pela filosofia. A aprendizagem da língua acontecia de maneira orgânica, por meio da exposição à linguagem em diferentes contextos sociais e artísticos.

A história grega nos lembra que a excelência linguística não se limita a regras gramaticais formais, mas também é moldada pela imersão cultural e pela prática comunicativa. Entende-se, portanto, a importância de reconhecer e valorizar a diversidade linguística, desafiando o preconceito linguístico que muitas vezes desvaloriza variantes não padronizadas.

A Gramática Normativa surgiu como forma de manter um padrão comum para todos, mas não necessariamente implica que todos devem falar dessa forma. Ela veio para explicar e descrever as manifestações linguísticas que eram usadas espontaneamente pelos escritores da época, que eram dignos de admiração e, conseqüentemente, modelos a serem seguidos.

Portanto, a gramática normativa, conforme Bagno (2007, p. 59), “é decorrência da língua, subordinada e dependente dela”.

Ainda assim, observou-se que a gramática normativa passou a ser usada como instrumento de poder e controle sobre aqueles que não tinham acesso a ela. Surgiu, então, a ideia de que os indivíduos capazes de comunicarem-se utilizando a gramática normativa em suas falas tinham uma espécie de fonte de conhecimento, de onde emanava uma língua “bonita”, “correta” e “pura”, e, com isso, a língua passou a ser subordinada (erroneamente) à gramática (Bagno, 2007).

De acordo com o autor,

O reconhecimento da existência de muitas normas linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada em sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira ‘língua estrangeira’ para o aluno que chega à escola. (Bagno, 2007, p. 18).

Tal citação corrobora-se com Silva (2004), que destaca a importância da demografia histórica e da escolarização no Brasil como elementos essenciais para compreender, explicar e interpretar a heterogeneidade dialetal observada no país. Desta forma, é necessário abordar estratégias para combater o preconceito linguístico nas escolas.

#### 2.4.1 Estratégias para combater o preconceito linguístico nas instituições de ensino

O preconceito linguístico pode resultar em *bullying*, exclusão de pessoas de grupos sociais e atritos entre diferentes grupos identitários, bem como outras consequências extremamente prejudiciais para a convivência humana (Kawashima, 2021). Entretanto, observa-se a falta de iniciativas comunicativas e educacionais direcionadas de forma específica para lidar com esse preconceito nas escolas brasileiras.

Para Bagno (2007, p. 108), uma das formas a se romper o círculo vicioso do preconceito linguístico é começar pelo “ponto em que temos mais poder para atacá-lo - a prática de ensino -, precisamos rever toda uma série de “velhas opiniões formadas” que ainda dominam nossa maneira de ver nosso próprio trabalho”. Portanto, é fundamental que, tanto as instituições educacionais quanto outras ligadas à cultura, deixem de lado a ideia equivocada da uniformidade linguística do português no Brasil e passem a valorizar a real diversidade linguística do país (Bagno, 2007).

Outro ponto a se levar em consideração, é que:

O preconceito linguístico se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna deste nome e que seria a língua ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas e catalogada nos dicionários. Qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, “errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente”, e não é raro a gente ouvir que “isso não é português. (Bagno, 2007, p. 38).

Dessa forma, Bagno (2007) defende que as pessoas que utilizam esses termos pertencem a uma classe social desprestigiada, e, por isso, não têm acesso à educação formal. Elas utilizam um português *diferente* do ensinado na escola, e por isso o preconceito acerca da forma como falam cai sobre elas mesmas. O problema, segundo Bagno (2007, p. 40, grifo do autor), “não está *naquilo* que é dito, e sim *quem e o quê*”. Pode-se compreender, portanto, que o preconceito linguístico é resultado de um preconceito social maior, arraigado na sociedade.

O mesmo autor defende ainda que “seria muito mais democrático dizer ao aluno que ele pode dizer BUnito ou BOnito, mas que só pode escrever BONITO, porque é necessária uma ortografia única para toda língua, para que todos possam ler e compreender o que está escrito.” (Bagno, 2007, 49). Dessa forma, o desprezo pela realidade social do estudante seria evitado, permitindo-o sentir-se incluído e visto, podendo assim colaborar com o ensino-aprendizagem. Assim, faz parte do conteúdo de língua portuguesa abordar a diferença entre oralidade e escrita e analisar com os estudantes como isso ocorre.

Conforme a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), um dos documentos que rege a educação brasileira,

Cabe-nos, inicialmente, apontar, no que tange ao componente língua portuguesa, no ensino fundamental, que a proposta de currículo que se postula é a de não centralidade do ensino de gramática normativa na escola; em contrapartida, mantém-se o desafio do ensino da leitura e da escrita, a partir das práticas dos multiletramentos atravessadas pelos vários eixos de ensino e pelos diferentes campos de atuação. (Santos; Melo, 2019, p. 126).

A BNCC reforça que, nos anos iniciais do ensino fundamental, a ênfase precisa ser na leitura e na escrita e não no ensino da gramática. Corrobora-se com a perspectiva de Bagno (2007), uma vez que ele argumenta que a gramática tradicional tenta retratar a língua como algo estático, uma estrutura pronta e imutável. No entanto, a realidade é diferente. A língua é viva e está em constante evolução e movimento. E é essa língua viva que deve ser objeto nas aulas de língua portuguesa, através dos diversos gêneros textuais, já que o texto é a concretização da língua em uso.

Como docente, é fundamental estar consciente da necessidade de abordar as variações linguísticas e combater o preconceito linguístico, transmitindo esse conhecimento aos alunos. A escola deve desempenhar um papel ativo na prevenção da discriminação, proporcionando aos alunos a exposição à diversidade linguística sem encorajar a reprodução de preconceitos. Portanto, “é necessário um novo olhar, uma postura reflexiva sobre que tipo de conhecimento, que aulas estão sendo proporcionadas aos educados, que tipo de desafios está lhes propondo e onde se espera chegar, e que tipo de indivíduo irá ser transformado” (Dutra, 2014, p. 13).

Além dessa reflexão, é essencial que o docente reconheça o seu compromisso e compreenda o impacto significativo que pode ter no campo da educação e na vida dos alunos por meio de sua prática em sala de aula. Para alcançar esse objetivo, é fundamental que o professor possua uma base sólida de conhecimento, especialmente no que diz respeito à variação linguística, a fim de criar um ambiente de aprendizagem significativo e inclusivo para os alunos.

No município de Ijuí, durante os anos de 2022 e 2023, destacou-se o Projeto Acolher, uma iniciativa impulsionada pelas atividades de extensão da Unijuí, constituindo-se como um desdobramento do Projeto Institucional PLE (Português como Língua Estrangeira). Este projeto, que conta com a participação de cursos de graduação, como Letras - Português e Inglês e Psicologia, além da colaboração da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e da prefeitura municipal, tem como propósito fundamental apoiar os venezuelanos refugiados que chegam à cidade (Jaskulski, 2022). Através do ensino da Língua Portuguesa, o Projeto Acolher visa facilitar a reintegração desses indivíduos na comunidade local, possibilitando-lhes retomar suas atividades profissionais e acadêmicas em um contexto culturalmente distinto de suas origens (Unijuí, 2023).

Projetos como esse destacam a importância da integração de refugiados e imigrantes em novas sociedades, fortalecendo a inclusão ao capacitar esses indivíduos e garantir seus direitos fundamentais. Para abordar efetivamente os desafios diários enfrentados por essas populações, é imprescindível expandir a implementação de iniciativas semelhantes, envolvendo ativamente a comunidade. Ao sensibilizar e promover a diversidade linguística e cultural, podemos trabalhar para reduzir a prevalência do preconceito linguístico e construir ambientes mais acolhedores e inclusivos para todos.

### **3 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente artigo, originário de uma preocupação do acadêmico autor do texto, buscou compreender a natureza do preconceito linguístico e explorar estratégias para abordá-lo de maneira eficiente na escola básica. Para tanto, foi necessário realizar uma pesquisa bibliográfica, recorrendo a autores como Marcos Bagno, Ferdinand de Saussure, Louis-Jean Calvet, entre outros, para embasar o trabalho.

Durante a pesquisa, observou-se o quanto o preconceito linguístico está presente ainda em nossa sociedade a nível nacional, e muito fortemente também na região de Ijuí, localização da UNIJUÍ. Com isso, chegou-se à conclusão que, é tarefa do docente de Língua Portuguesa, que trabalha com o ensino de língua materna, combater este preconceito de forma contundente, abordando o ensino da língua em uma perspectiva social e cultural, conforme estabelecido na própria BNCC. Além disso, promover momentos de reflexão acerca da pluralidade e riqueza do uso da língua por diferentes grupos sociais destaca-se como um importante passo para a compreensão sobre o estigma das diferenças.

O preconceito linguístico pode persistir em diferentes formas e contextos e para tal situação, é necessário esforços contínuos, envolvendo a educação, sensibilização e promoção da diversidade linguística, para combater eficazmente o preconceito linguístico em todas as suas formas. Logo, garantir que essas pessoas não sejam estigmatizadas ou excluídas devido à sua diversidade linguística é fundamental para o progresso de uma sociedade mais justa e igualitária.

Observa-se também o quão profundo e nocivo o preconceito linguístico se apresenta para a comunidade de falantes. Suas consequências psicológicas no falante são de extrema consequência para a visão do seu próprio eu enquanto sujeito. Ele silencia vozes, apaga histórias e despreza ricas culturas em troca de um padrão que sequer é de pleno acesso pela maior parte da população brasileira. Somado também ao fato de separar e distanciar grupos, perpetuar outros preconceitos, e garantir o poder e a soberania de grupos que detém o poder financeiro e social em nosso país.

Para superar esses desafios, é crucial que as comunidades e as instituições educacionais adotem abordagens inclusivas e culturalmente sensíveis para apoiar os filhos de imigrantes venezuelanos refugiados. Isso pode incluir programas de ensino de idiomas adaptados às necessidades específicas desses alunos, bem como iniciativas para combater o preconceito linguístico e promover a diversidade linguística como um valor positivo na sociedade. Ao fazer isso, podemos ajudar esses jovens a alcançar seu pleno potencial e contribuir de forma significativa para suas novas comunidades.

É de suma importância a implementação de políticas linguísticas e currículos educacionais que atendam às necessidades das diversas realidades sociolinguísticas. Para Schneider (2009) é necessário políticas que ofereçam um tratamento diferenciado a alunos que falam outras línguas ou que tenham outra linguística, bem como, proporcionar aos professores de línguas uma formação contínua e sociolinguística para trabalhar com o ensino infantil e fundamental, pois essas ações são fundamentais para o desenvolvimento social e cognitivo do aluno. Sugere-se também, de acordo com Bortone (1993, p. 6) “a implementação de um currículo bidialetal de língua vernácula em comunidades iletradas de tradição oral, embasadas em análises etnográficas e sociolinguísticas, antropológicas e interculturais”.

Por fim, aponta-se que essa pesquisa pode ser aprofundada, trazendo questões mais específicas acerca da fonética e fonologia envolvendo línguas de descendência eslava, em comparação com as línguas de descendência latina. Além disso, também aparece como um tópico interessante a ser desenvolvido é como a norma padrão do Português Brasileiro passou a ser uma ferramenta de ascensão e controle social na época da imigração no Brasil, incluindo análise de documentos oficiais, leis e discursos governamentais relacionados às políticas linguísticas. Os quais garantiram não somente a marginalização de grupos sociais, mas também a perpetuação do poder na mão das classes mais privilegiadas.

## REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. **Língua**. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/glossarioceale/verbetes/lingua#:~:text=De%20acordo%20com%20o%20primeiro,os%20significados%20e%20os%20sentidos>. Acesso em: 22 nov. 2023.

BAGNO, Marcos. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz**. 49. ed. São Paulo: Loyola, 2007.

BORTONE, Marcia Elizabeth. **Comunicação interdialetoal: um retrato de diversidades culturais**. 1996. Disponível em: <https://www.revisor10.com.br/24h/pessoa/temp/anexo/1/217/176.pdf>. Acesso em 01 fev. 2024.

BRITTO, Luiz Percival Leme. O ensino escolar da língua portuguesa como política linguística: ensino de escrita x ensino de norma. **Revista Internacional de Linguística Iberoamericana (RILI)**, Frankfurt am Main, v. 1, n. 3, p. 119-140, 2004.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

CAMPREGHER, Jeice; CAMERLENGO, Valeria Aparecida. **Semântica e pragmática das línguas**. Indaial: UNIASSELVI, 2019.

DELONG, Silvia Regina; KERSCH, Dorotea Frank . **Perfil de descendentes de poloneses residentes no sul do Brasil: a constituição da (s) identidade (s)**. Domínios de Linguagem. 2014. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/282442716\\_Perfil\\_de\\_descendentes\\_de\\_poloneses\\_residentes\\_no\\_sul\\_do\\_Brasil\\_a\\_constituicao\\_das\\_identidades](https://www.researchgate.net/publication/282442716_Perfil_de_descendentes_de_poloneses_residentes_no_sul_do_Brasil_a_constituicao_das_identidades). Acesso em: 02 fev. 2024.

DUTRA, Simone de Araújo. **Variação linguística e ensino: uma discussão necessária nas séries iniciais**. Monografia (Curso Pedagogia), Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014. Disponível em: <http://dspace.bc.uepb.edu.br/jspui/bitstream/123456789/4903/1/PDF%20-%20Simone%20de%20Ara%20C3%BAjo%20Dutra.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2023.

EDITORA CONTEXTO. **Marcos Bagno**. Disponível em: <https://www.editoracontexto.com.br/categoria/autores/m1/marcos-bagno>. Acesso em: 2 fev. 2024.

FONOLOGIA. **Fonética Articulatória: Consoantes do Português**. Disponível em: <https://fonologia.org/fonetica-articulatoria-consoantes/>. Acesso em: 27 jan. 2024.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GZH - Gaúcha Zero Hora. **Saiba porque Ijuí é a Capital Mundial das Etnias**. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/passos-fundo/cultura-e-lazer/noticia/2023/10/saiba-porque-ijui-e-a-capital-mundial-das-etnias-clnqevswj004w0154r1nzkyn3.html>. Acesso em: 28 nov. 2023.

JASKULSKI, Gabriel R. **Projeto Acolher trabalha a inclusão de refugiados venezuelanos no município de Ijuí**. 2022. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/comunica/institucional/37482-projeto-acolher-trabalha-a-inclusao-de-refugiados-venezuelanos-no-municipio-de-ijui>. Acesso em: 10 fev. 2024.

KAWASHIMA, Fernanda Lazari. **História em quadrinhos como estratégia comunicacional para educar sobre preconceito linguístico**. 34f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Públicas) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Bauru, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/e29b4b14-bee3-460b-a34f-f4911d8cf63e/content>. Acesso em: 28 jan. 2024.

LUCHESE, Emerson Matheus. **Preconceito linguístico: entre o desconhecimento e o negacionismo: uma análise de comentários em redes sociais**. Trabalho de Conclusão de Curso

(Linguística) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/bitstream/handle/ufscar/16846/TCC%20-%20Emerson%20M.%20Luchesi.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12 nov. 2023

NUNES, Glivia Guimarães; PERSKE, Ketlin Elís; FERREIRA-GONÇALVES, Giovana. **O bilinguismo português/alemão: a influência da oralidade na escrita**. 2010. Rev Ideias [periódico na internet]. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/revistaideias/arquivos%20pdf%20revista%2025/o%20bilinguismo%20portugues%20alemao%20e%20a%20influencia%20da%20oralidade%20na%20escrita.pdf>. Acesso em: 05 fev. 2024.

SCHNEIDER, Maria Nilse. **Variação e discriminação linguística no ensino e aprendizagem de línguas em comunidades bilíngues**. Calidoscópico. São Leopoldo, RS. Vol. 7, n. 1, p. 75-89, 2009.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos e. **Ensaios para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2004.

MEYER, Rosa Marina de Brito. Cultural, multicultural, intercultural: o português como segunda língua para estrangeiros. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 32, p. 54-65, 2013.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral**. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 1995.

SANTOS, Aymmé Silveira; MELO, Raniere Marques de. O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular. **Entrepalavras**, Fortaleza, v. 9, n. 3, p. 115-132, set.dez. 2019. Disponível em: <http://www.entrepalavras.ufc.br/revista/index.php/Revista/article/viewFile/1654/648>. Acesso em: 12 dez. 2023.

SCHNEIDER, Maria Nilse. Variação e discriminação linguística no ensino e aprendizagem de línguas em comunidades bilíngues. **Calidoscópico**, São Leopoldo, v. 7, n. 1, p. 75-89, 2009.

SENADO NOTÍCIAS. **Sancionada lei que dá título de Capital Nacional das Etnias a Ijuí, no Rio Grande do Sul**. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/12/29/sancionada-lei-que-da-titulo-de-capital-nacional-das-etnias-a-ijui-no-rio-grande-do-sul>. Acesso em: 24 nov. 2023.

UETI - União das Etnias de Ijuí. **Expofest Ijuí 2022**. Disponível em: <https://www.etniasijui.com.br/category/expofest-ijui-2022/>. Acesso em: 28 jan. 2024.

UNIJUÍ. **Estudante de Letras analisa Projeto Acolher da Unijuí em TCC**. 2023. Disponível em: <https://www.unijui.edu.br/comunica/cursos/184-presencial/letras-licenciatura/39364-estudante-de-letras-analisa-projeto-acolher-da-unijui-em-tcc>. Acesso em: 10 fev. 2024.

VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Claudia; NASCIMENTO, Rebeca. Entrevista com Anthony Julius Naro. In: VOTRE, Sebastião; RONCARATI, Claudia (ed.). **Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.